



PROJETO DE LEI Nº 853/2019

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

PARECER EM 1º TURNO

Relatório

O Projeto de Lei nº 874/2019, que *"Dispõe sobre o sistema especial de transporte para a pessoa com deficiência de que trata o inciso IV do art. 181 da Lei Orgânica"*.

O projeto de lei foi devidamente instruído com a justificativa, legislação correlata e sem documentos, de autoria do Vereador Flávio dos Santos.

Nos termos do Regimento Interno, fui designada, em 12/03/2020, como Relatora.

Tudo examinado, passo à fundamentação do meu parecer e voto.



Fundamentação

Primeiramente, cumpre salientar que cabe à Comissão de Orçamento e Finanças Públicas o exame das proposições nos exatos termos do art. 52, inciso III, alíneas "b" e "c" do Regimento Interno desta Câmara.

1- Da Repercussão Financeira da Proposição:

A proposição objeto de relato, visa ajudar as pessoas portadoras de deficiência, usuárias de cadeiras de rodas e moradoras de áreas de difícil acesso, facilitando-lhes o transporte — porta a porta — para consultas médicas, escolas, contribuindo com a inserção das mesmas em atividades da sociedade, por meio de transporte especial.

Após análise do projeto, resta que o mesmo não trará repercussão financeira ao município, uma vez que os recursos para a Promoção, Proteção e Defesa de Direitos das Pessoas com Deficiência (Código nº. 1000.144221272.927, Natureza de Despesa 339039, Esfera F, Fonte 03.00), destinados à implementação da Subação "Serviço de transporte para pessoa com deficiência", destinada a concretizar o Programa Porta a Porta, já estão disponíveis no orçamento do Município segundo a LEI Nº 11.211 - LOA (Lei do orçamento Anual). Como não se vislumbra óbices orçamentários e financeiros e incompatibilização com o plano diretor, o plano



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

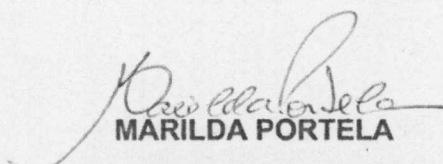
Dirleg	Fl.

plurianual, à lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual encaminhado para a seguinte conclusão.

2 – CONCLUSÃO:

Ante o exposto, senhores Membros da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, opino pela **APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 853/2019**.

Belo Horizonte, 12 de Maio de 2020.


MARILDA PORTELA
VEREADORA CIDADANIA



PROJETO DE LEI Nº 874/2019

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

PARECER EM 1º TURNO

Relatório

O Projeto de Lei nº 874/2019, que *"Autoriza a figuração do Hino Nacional Brasileiro nos cadernos e livros escolares da Rede Pública Municipal de Ensino e dá outras providências."*

O projeto de lei foi devidamente instruído com a justificativa, legislação correlata e sem documentos, de autoria do Vereador Catatau.

Nos termos do Regimento Interno, fui designada, em 04/03/2020, como Relatora.

Tudo examinado, passo à fundamentação do meu parecer e voto.



Fundamentação

Primeiramente, cumpre salientar que cabe à Comissão de Orçamento e Finanças Públicas o exame das proposições nos exatos termos do art. 52, inciso III, alíneas "b" e "c" do Regimento Interno desta Câmara.

1- Da Repercussão Financeira da Proposição:

A proposição objeto de relato, visa incorporar, aos livros e cadernos utilizados nas escolas públicas municipais, o texto do Hino Nacional Brasileiro.

Em síntese, Autor do PL justifica sua iniciativa sob a seguinte declaração:

"...algo precisa ser feito nesse sentido, em prol de uma tentativa de resgate dos bons valores de formação de um cidadão, como o patriotismo, por exemplo. E saber o Hino Nacional faz parte disso".

Sobrelevamos, que não cumpre a esta Comissão adentrar no mérito do presente PL por tratar-se de questão que envolve a análise das demais comissões temáticas desta casa, assim, vamos nos ater a análise dos requisitos objetivos próprios desta Comissão de Orçamento e Finanças Públicas.

Nos termos dos artigos 14, 15 e 16 da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), é vedada a renúncia de receitas sem estimativa de impacto financeiro, bem como a



geração de despesa ou assunção de obrigação, bem como a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa.

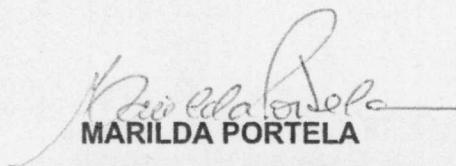
Desta forma, tendo em vista as instruções constantes na legislação tributária consonantes à administração pública e o conteúdo do Projeto, temos que o PL 874/2019 não contraria os requisitos legais da Lei de Responsabilidade Fiscal no que concerne à repercussão financeira.

Bem como, o mesmo, não se vislumbra óbices orçamentários e financeiros e incompatibilização com o plano diretor, o plano plurianual, à lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual encaminho para a seguinte conclusão.

2 – CONCLUSÃO:

Ante o exposto, senhores Membros da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, opino pela **APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 874/2019**.

Belo Horizonte, 12 de Maio de 2020.


MARILDA PORTELA
VEREADORA CIDADANIA



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER — PROJETO DE LEI 888/2019 – 1º TURNO DE VOTAÇÃO COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS VOTO DO RELATOR

1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do Vereador Professor Juliano Lopes que "**Autoriza a desafetação e alienação, mediante venda ou permuta, da área que menciona**".

Às fls. 02 encontra-se a justificativa do Autor.

O Projeto de Lei foi instruído com a legislação correlata às fls. 03/16.

O referido projeto foi encaminhado às Comissões de **Legislação e Justiça; Meio Ambiente e Política Urbana; Administração Pública** e a esta Comissão de **Orçamento e Finanças Públicas**, nos termos regimentais, como se depreende do despacho de recebimento constante às fls.17 dos autos da proposição em análise.

Na **Comissão de Legislação e Justiça**, o PL recebeu o parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

A **Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana** manifestou-se pela aprovação do Projeto.

Na **Comissão de Administração Pública**, o mesmo recebeu parecer favorável, sob o entendimento de que a proposta atende ao princípio de melhor gerir o patrimônio público, em conformidade com os interesses locais.

Seguindo o trâmite legislativo e consoante com o despacho de recebimento exarado pela Exma. Presidente da Câmara, coube a esta **Comissão de Orçamento e Finanças Públicas** nos termos do art. 52 do Regimento Interno, avaliar os aspectos da repercussão financeira do projeto e sua compatibilidade com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município de Belo Horizonte.

Tendo sido nomeado Relator para a matéria em questão, procedo a fundamentação do parecer e do voto a que me foi designado.

FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei nº 888/2019 busca autorizar a desafetação e alienação, mediante venda ou permuta, do trecho não implantado da Rua Florinda Rosalina Oliveira, localizada entre a Rua Marcelo Bernucci Sidney e a Avenida Vaz de Melo, de acordo com a planta cadastral CP-/272-023-A.

Em suma, o Autor do PL justifica sua iniciativa sob a seguinte argumentação:

"...a presente propositura legislativa que tem como objeto a de sua destinação original, passando a integrar o patrimônio dominial do Município, o trecho não implantado da Rua Florinda Rosalina Oliveira, localizado entre a Rua Marcelo Bernucci Sidney e a Avenida Afonso



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Vaz de Melo..”

Finaliza dizendo que, de acordo com as previsões legais atinentes, a desafetação do domínio público relativa ao parcelamento depende de prévia avaliação e de autorização legislativa.

Da Repercussão Financeira; (art. 52, III, b)

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar nº 101), repercussão financeira é toda e qualquer ação que gere custos ao erário ou implique em renúncia de receitas.

O projeto de lei apresentado, não ocasiona impacto financeiro negativo aos cofres públicos, antes pelo contrário, poderá o Município auferir receita com a possível aprovação do PL e posterior alienação da área em questão.

Da compatibilidade das proposições com o plano diretor, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual; (art. 52, III, c)

Em relação ao **Plano Diretor**, temos que atualmente o mesmo é regulado pela Lei Municipal nº 7.165/1996. Temos que ele é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano - sob o aspecto físico, social, econômico e administrativo, objetivando o desenvolvimento sustentado do Município, tendo em vista as aspirações da coletividade - e de orientação da atuação do Poder Público e da iniciativa privada.

O **Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG**, é um instrumento legal normatizador do planejamento de médio prazo da esfera pública, que explica diretrizes, objetivos, programas, ações e metas a serem atingidas, definindo quantitativamente recursos necessários para sua implementação.

A **Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO**, estipula quais os investimentos do governo que terão primazia no ano vindouro. Desta forma, o governo estabelece a forma pretendida de economizar; vedar; limitar gastos etc... no mesmo instrumento, autoriza o aumento das despesas com pessoal; regulamenta as transferências a entes públicos e privados; disciplina o equilíbrio entre as receitas e as despesas; estabelece também as diretrizes para elaboração do orçamento anual.

Dadas as respectivas definições, podemos inferir que o PL 888/2019 não se apresenta em desacordo com os instrumentos de planejamento, porquanto não fere aos mesmos.

CONCLUSÃO

Em face do exposto, no que cabe a esta comissão deliberar, opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 888/2019.


Vereador Ronaldo Batista